

ACÓRDÃO

(Ac. SDI - 3459/96)

RELATOR: MINISTRO ARMANDO DE BRITO

Embargante: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Advogado : Dr. Ricardo Antônio Lucas Camargo Embargada : MIRIAN REGINA BROCHADO MICHELON

Advogado : Dr. Marco Aurélio Beirão

4º Região

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - INTEGRAÇÃO NAS FÉRIAS E 13° SALÁRIO.

O adicional de insalubridade possui natureza salarial e integra a remuneração do trabalhador para todos os fins. Seu escopo é recompensar com maior valor o trabalho insalubre, mais penoso e ao hipossuficiente.

A possibilidade de supressão do adicional quando cessarem os agentes insalubres, prevista no art. 194 da CLT, não lhe confere caráter eminentemente indenizatório. Enquanto persistir a agressão nociva à saúde do trabalhador, deve o adicional incidir no cômputo das férias e do 13° salário, tendo em vista a finalidade precípua de proteção à higidez do empregado.

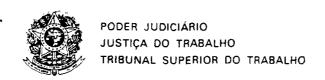
Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

A Eg. 4ª Turma, em seu v. acórdão de fls. 124/127, não conheceu da Revista do Reclamado no tocante à anotação da CTPS em face de desvio de função, com fulcro nos Enunciados n°s 126 e 297/TST, e, no que se refere à integração do adicional de insalubridade no 13º salário e nas férias, conheceu do Recurso para negar-lhe provimento diante da natureza salarial da parcela.

Inconformado, interpõe o Reclamado Recurso de Embargos à SDI. Aponta vulneração do art. 896 da CLT, pretendendo o reconhecimento do prequestionamento da matéria contida no art. 37 da Constituição Federal. Alega, ainda, ofensa aos arts. 5°, inciso II, e 163 da Lei Maior e transcreve arestos a confronto.

Despacho de admissibilidade à fl. 162.

Não houve impugnação.



A douta Procuradoria-Geral de Ministério Fúblice do Trabalho, às fls. 165/166, opina no sentido de conhecimente e provimento de Recurso.

É o relatório.

VOTO

1. CONHECIMENTO

1.1. DESVIO DE FUNÇÃO - ANOTAÇÃO NA CTPS

A Eg. 4ª Turma não conheceu da Revista do Reclamado com relação à anotação na CTPS decorrente de desvio de função ao argumento de estar a matéria jungida aos aspectos fático-probatórios dos autos, bem como por carecerem de prequestionamento os preceitos constitucionais invocados (arts. 5°, inciso II e 37 da Carta Magna).

Pretende o ora Embargante alcançar o conhecimento do seu Apelo revisional, alegando haver sido devidamente prequestionada a questão constitucional pelo Eg. Regional ao fundamentar sua decisão, "in verbis":

"Entende o reclamado que ao determinar a r. sentença a retificação da CTPS da autora, promoveu o enquadramento funcional da mesma, em posição para a qual não concorreu, ferindo assim, o art. 37, inciso II da Constituição Federal e art. 47, parágrafo 2° do Ato das Disposições Transitórias da Carta Estadual. Alega que se for considerada a data de janeiro/85 como da atividade da autora como bióloga, seu direito já se encontra prescrito.

Não prosperam as alegações do reclamado pois, embora alegue que a reclamante não foi aprovada em concurso para exercer a função de bióloga, à fl. 26 existe um documento comprovando que a mesma executava tarefas iguais à funcionária que era bióloga. Se a funcionária executava funções diferentes daquelas para as quais foi contratada, vemos caracterizar-se um desvio de função, tendo direito a reclamante a ter sua CTPS retificada, por questão de justiça." (fl. 93).

Com efeito, percebe-se que realmente houve pronunciamento no v. acórdão regional acerca do art. 37 da Constituição da República apontado como violado nas razões revisionais. Entretanto a sua invocação não logra obter o almejado conhecimento da Revista. A partir do momento no qual o Estado-membro da Federação se iguala aos particulares e contrata servidores sob o regime da CLT, sujeita-se as mesmas regras que regulamentam a atividade laboral dos empregados em todo Brasil. Constitui-se princípio basilar do Direito do Trabalho, a que estão submetidos os doutos Magistrados desta Justiça Especializada, a primazia da realidade.

Assim, inviável a análise da violação constitucional apontada sem o reexame dos fatos e provas que embasaram a decisão regional, conforme bem decidido no v. acórdão embargado.

Não configurada, portanto, a alegada ofensa ao art. 896 da CLT.

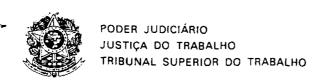
Não conheço.

1.2. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - INTEGRAÇÃO NAS FÉ-RIAS E 13° SALÁRIO

O v. acórdão embargado, às fls. 125/126, concluiu pelo deferimento da integração do adicional de insalubridade nas férias e no 13.º salário devido à sua natureza salarial.

O aresto paradigma transcrito às fls. 147/150 consigna tese contrária no sentido de ser indenizatório o caráter da parcela em questão, por ser devida em razão da existência de condição individual de trabalho, ou seja, exposição a agente insalubre, ensejando divergência jurisprudencial válida.

Conheço.



2. MÉRITO

2.1. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - INTEGRAÇÃO DAS FÉ-RIAS E 13° SALÁRIO

O adicional de insalubridade possui natureta salarial e integra a remuneração do trabalhador para todos os fins. Seu escopo é recompensar com maior valor o trabalho insalubre, mais penoso e ao hipossuficiente.

A possibilidade de supressão do adicional quando cessarem os agentes insalubres, prevista no art. 194 da CLT, não lhe confere caráter eminentemente indenizatório. Enquanto persistir a agressão nociva à saúde do trabalhador, deve o adicional incidir no cômputo das férias e do 13° salário, tendo em vista a finalidade precipua de proteção à higidez do empregado.

Vale citar o seguinte Precedente:

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INTEGRAÇÃO.

O adicional de insalubridade integra o salário do trabalhador para todos os efeitos legais, devendo ser computado para o cálculo das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

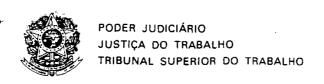
(E-RR-47.842/92, SDI, Ac. 1753/94, Rel. Min. Ney Doyle, DJ 05/08/94).

E, ainda, os seguintes: RR-91.033/93, 4ª Turma, Ac. 5086/94, Rel. Min. Galba Velloso, DJ 16/12/94; ER-142.311/94, 1ª Turma, Ac. 2134/95, DJ 02/06/95; RR-162.359/95, 1ª Turma, Ac. 3291/95, Rel. Min. Euclides Alcides Rocha (Juiz Convocado), DJ 10/08/95; RR-31.532/91, 1ª Turma, Ac. 1954/92, Rel. Min. Indalécio Gomes Neto, DJ 18/09/92; RR-67.598/93, 4ª Turma, Ac. 3058/93, Rel. Min. Leonaldo Silva, DJ 26/11/93.

Ante o exposto, nego provimento ao Recurso do Reclamado.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade,



conhecer os embargos apenas quanto ao adicional de insalubridade e, ainda por unanimidade, rejeitá-los.

Brasília, 11 de junho de 1996.

VANTUIL ABDALA

(NO EXERCÍCIO EVENTUAL DA PRESIDÊNCIA)

ARMANDO DE BRITO

(RELATOR)

Ciente:

重

CARLOS NEWTON DE SOUZA PINTO

(SUBPROCURADOR-GERAL DO TRABALHO)